



Anais da Assembléia

Nº 160

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 1991.

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1991
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, João Jensen, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Arlindo Troian, Carlos Simões, César Silvestri, Eurides Moura, Geraldo Cartário, José Alves, José Tavares e Luiz Antônio Setti. (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados, da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa deferir e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(E procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

35 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Em discussão a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OF. Nº 40/91

Senhor Presidente.

Pelo presente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, que estou, na data de hoje, reassumindo o meu mandato parlamentar, junto a esta Casa.

Na oportunidade, renovo meus protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) JOÃO IENSEN

OF. Nº 793/91

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que, devido a compromissos inadiáveis assumidos na região de meu eleitorado, vejo-me impossibilitado de estar presente aos trabalhos parlamentares deste dia 02 de dezembro.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar meus sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ARLINDO TROIAN

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 540/91 (Mensagem n. 124/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 aos orçamentos das fundações Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 539/91 (Mensagem n. 123/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Administração, para atender despesas com desapropriação de áreas para ampliação do aeroporto Affonso Pena.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 542/91 (Mensagem n. 126/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.001.965.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para despesas com o pagamento de professores municipais que atuam na rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 541/91 (Mensagem n. 125/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 150.000.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, para atender despesas com telefonia, telex, água e esgoto, energia elétrica e outros serviços na Coordenadoria da receita do Estado - CRE.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 547/91 (Mensagem n. 131/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito

suplementar no valor de Cr\$ 29.597.000,00 ao orçamento da EMATER, para atender à programação das atividades de manutenção da entidade.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 546/91 (Mensagem n. 130/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 137.098.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, para atender despesas com obras de recuperação, de prédios histórico-culturais, através de transferências a municípios.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 544/91 (Mensagem n. 128/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.642.592.000,00 ao orçamento da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, visando o pagamento de despesas ambulatoriais referentes a novembro de 1990.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 545/91 (Mensagem n. 129/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 75.000.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, (produções artísticas a serem realizadas pela Fundação Teatro Guaíra).

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 543/91 (Mensagem n. 127/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 97.523.000,00 ao orçamento da Chefia do Poder Executivo, para atender despesas com a manutenção das aeronaves pertencentes ao governo do Estado.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 548/91 (Mensagem n. 132/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 aos orçamentos das Fundações: de Esporte e Turismo (FESTUR), da Universidade Estadual de Londrina; da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio e do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n. 549/91 (Mensagem n. 133/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 230.000.000,00 ao orçamento da EMATER, para atender despesas com PASEP, material de consumo e outros serviços e encargos.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 3250

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Pesar, pelo falecimento da Senhora LEDA KUHN, ocorrido no dia 1° de dezembro do corrente, na cidade de Toledo - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Senhora LEDA KUHN, carinhosamente sempre chamada de D. Leda, foi em vida uma pessoa muito dedicada às causas sociais e comunitárias, participando e liderando entidades nos trabalhos de atendimento aos mais carentes.

Esposa do Senhor Dr. Wilson Carlos Kuhn, que exerceu o mandato de Prefeito no Município de Toledo, gestão 1973/1977.

É justo que a Assembléia Legislativa se associe à dor da família enlutada, transmitindo as condolências para o marido Dr. Wilson Carlos Kuhn, filhos e parentes.

REQUERIMENTO N° 3256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos anais desta Sessão, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da Exma. VIOLETA AMARAL SAMPAIO, ocorrido no último dia 28, nesta Capital.

A ilustre extinta era viúva do saudoso professor Edgar Chaulbaud Sampaio, emérito jurista paranaense e ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Era ainda, filha do Dr. José Gomes do Amaral Filho (um dos primeiros Cirurgiões-Dentistas do Paraná) e de dona Mercedes Costa Amaral; e neta do Coronel Médico José Gomes do Amaral, fundador do Hospital Militar de Curitiba e ex-Deputado desta Casa Legislativa no final do século XIX.

Dona Violeta Amaral Sampaio deixa ademais, como único filho, o Dr. Rogério Zara Amaral, Chefe de Gabinete da Presidência desta Assembléia Legislativa.

Ao desaparecer aos 81 anos de idade, a extinta deixa uma tradição de benemerência que enlutou a sociedade paranaense, fazendo justo o preito de pesar que ora propomos.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 3257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente firma, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a douta manifestação do Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos

da Sessão de hoje, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor ERNST MANN, ocorrido no dia 28 de novembro último, na cidade de Guaíra, Paraná.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Guaíra e os meios historiográficos e filatêlicos do Paraná foram apanhados de surpresa, na última semana, com a infausta notícia da morte do Senhor ERNST MANN.

O Senhor Ernst Mann deixou a esposa Charlotte e o filho Ernesto. Era imigrante europeu. Porém, tinha o Brasil como Pátria.

O passamento do Senhor ERNST veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e nos setores culturais paranaenses.

O tempo e a sua ausência física jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

REQUERIMENTO N° 3280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Voto de Pesar pelo falecimento na cidade de Pinhalão, semana passada, da veneranda senhora D. Jamile Elias Abrahão.

Esposa e mãe amantíssima foi em toda a sua caminhada terrena uma criatura que doou-se por inteiro aos seus familiares.

Do sacrifício de seu ventre teve vários filhos e entre os que vivem encontram-se Maria Miguel, Julieta Miguel Kuri, Fauzi Miguel, Kamel Abrahão, Judith Abrahão dos Santos e Abrahão Miguel.

Sua descendência tem dado ao Paraná significado maiúsculo.

Na vida pública sobressaiu-se o advogado Abrahão Miguel que após vida parlamentar das mais brilhantes na Assembléia Legislativa do Estado foi indicado para compor o Tribunal de Justiça do Paraná pelo quinto constitucional onde hoje permanece no cargo de Desembargador.

Pelo exemplo de vida é que se pede o presente voto requerendo ainda, após aprovação deste, seja dada ciência a família enlutada, através do Eminentíssimo Desembargador Abrahão Miguel, no seguinte endereço: Av. Sete de Setembro, 5589 - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Anibal Khury.

REQUERIMENTO N° 3251

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, en-

vio de expediente oficial da Casa do Presidente do Banco do Brasil, Sr. Lafaiete Coutinho Torres, parabenizando pela iniciativa dos Funcionários do Banco do Brasil do Município de Londrina, pela Campanha "S.O.S. Desabrigados - Londrina".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores, e ainda aos Funcionários da instituição naquele Município, através da Agência Centro, sito na Av. Paraná, Londrina, em nome do gerente, Sr. João Carlos de Mattos.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Os Funcionários do Banco do Brasil do Município de Londrina, sensibilizados com as consequências dos violentos temporais ocorridos ali no mês passado, decidiram realizar uma campanha para arrecadar doativos em prol das centenas de desabrigados, junto à comunidade.

Tradicionalmente, eles promovem uma campanha à época do Natal, para auxiliar famílias carentes. Desta vez, acrescentaram à iniciativa o "S.O.S. Desabrigados - Londrina".

Em função do drama vivido pela população atingida pelas chuvas, a campanha foi lançada dia 22 de novembro, solicitando da população todo tipo de doativos: alimentos, roupas, utensílios, e até caminhões de areia e madeira, para reconstrução das casas atingidas.

Estas doações serão entregues às famílias beneficiadas, no próximo dia 20 de dezembro.

Os Funcionários das agências do Banco do Brasil em Londrina trabalham às segundas e sextas-feiras com camiseta que tem o símbolo da campanha, no sentido de sensibilizar o público para que colabore.

Esta é uma iniciativa que, sem dúvida, merece o nosso reconhecimento. Os Funcionários do Banco do Brasil dão um exemplo de solidariedade, que deve ser incentivado por toda esta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 3273

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata Votos de Congratulações à Fanfarrá do Colégio Newton F. da Costa, de Curitiba, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 4º lugar na classificação por categoria e o 10º lugar na classificação geral, a Fanfarrá do Co-

légio Newton Ferreira da Costa, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3274

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata Votos de Congratulações à Fanfarra da Escola N.ª Sr.ª Auxiliadora, de Cambê, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o 3.º lugar na classificação por categoria e o 9.º lugar na classificação geral, a Fanfarra da Escola N.ª Sra. Auxiliadora, de Cambê, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3275

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata Votos de Congratulações à Fanfarra Municipal de Santa Fé por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o 2.º lugar na classificação por categoria e o 5.º lugar na classificação geral, a Fanfarra Municipal de Santa Fé, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) ALGACI TOLIO.

REQUERIMENTO N° 3276

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata Votos de Congratulações à Fanfarra Municipal de São João do Ivaí, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o 1.º lugar na classificação por categoria e o 3.º lugar na classificação geral, a Fanfarra Municipal de São João do Ivaí, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) ALGACI TOLIO.

REQUERIMENTO N° 3277

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata Votos de Congratulações à Fanfarra do Colégio Estadual Pedro Macedo, de Curitiba, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o 4.º lugar na classificação por categoria e o 14.º lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio Estadual Pedro Macedo, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) ALGACI TOLIO.

REQUERIMENTO N° 3278

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata Votos de Congratulações à Fanfarra do Colégio São José,

de Ponta Grossa, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 3º lugar na classificação por categoria e o 11º lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio São José, de Ponta Grossa, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) ALGACI TOLIO.

REQUERIMENTO Nº 3279

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata Votos de Congratulações à Fanfarra do Colégio Novo Ateneu, de Curitiba, por sua brilhante participação no XIV CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS E BANDAS, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o 2º lugar na classificação por categoria e o 7º lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio Novo Ateneu, de Curitiba, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) ALGACI TOLIO.

REQUERIMENTO Nº 3252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada da Ordem do Dia e arquivamento definitivo do Projeto de Lei nº 387/91, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) DUILIO GENARI.

REQUERIMENTO Nº 3270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente à nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profis-

sionais do Paraná felicitando-a pela vitória eleitoral e posse no dia 29 próximo passado.

Desejamos que esta diretoria represente um novo horizonte para os jornalistas do nosso Estado. Após longos anos de luta e obscuridade uma nova luz se acende neste Sindicato e, esperamos que não mais se apague. E que seja também um foco de esperança sobre a nossa imprensa, no sentido de torná-la democrática, livre e imparcial. Parabéns jornalistas paranaenses pela retomada do instrumento de luta que é o sindicato.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) DOUTOR ROSINHA.

REQUERIMENTO Nº 3271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná felicitando pela posse da nova diretoria. Desejamos que mais e mais a classe trabalhadora se organize para conquistar um mundo melhor: sem explorados e exploradores, sem oprimidos e opressores. Ensejamos também a construção de um sindicato forte para enfrentamento e a luta contra um governo despota e autoritário. Enfim muita luta e organização.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) DOUTOR ROSINHA.

REQUERIMENTO Nº 3272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República, encaminhando o abaixo-assinado anexo, que solicita ao governo brasileiro o reconhecimento da independência da Ucrânia e o estabelecimento das relações diplomáticas com aquele país.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade ucraniana, que recentemente comemorou o milênio da conversão para o cristianismo, tem sua cultura e história sempre ligadas ao anseio da soberania e da liberdade. Não foi através do desejo de seu povo, mas sim pelas armas que a independência foi banida.

Hoje, pacificamente, os ucranianos, através do voto, reconquistam a sua soberania e, para concretizá-la, é necessário que a comunidade internacional dê o seu apoio. Somente com os povos livres e soberanos é que se poderá esperar a paz e o desenvolvimento no mundo hoje ainda tão dividido.

No dia 1º de dezembro do corrente ano,

realizou-se plebiscito, onde o povo ucraniano sufragou, em 85%, pela independência da Ucrânia, a qual é signatária da Carta Magna da ONU.

No Brasil vivem mais de 400 mil ucranianos e milhares de seus descendentes, sendo que a maior parte está no Paraná. Paralelamente ao plebiscito realizado na Ucrânia, a comunidade ucraniana, principalmente a radicada no Paraná, também foi às urnas para compartilhar o desejo do povo de seus antepassados.

O parlamento paranaense representa milhares de ucranianos que vivem no Brasil e que desejam que intercedamos por eles junto às autoridades do governo federal.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 078/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - O artigo 1º da Resolução nº 70/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Toledo, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Novo Sarandi, desmembrando-o de Toledo, com as divisas seguintes:

Tomando como ponto de partida a confluência do Arroio Guaçu com o lageado Gavião, sobe por este, confrontando com o Município de Nova Santa Rosa, até a barra da Sanga Ubiretama, sobe pela mesma até sua cabeceira, daí, pelas divisas entre os lotes rurais nºs 43 e 49 do 14º Perímetro até um travessão, pelo qual segue confrontando à esquerda com o lote rural nº 56 e à direita com os lotes nºs 55, 57, 58, 59, 72 e 74, todos do mesmo Perímetro, até a cabeceira da Sanga Paim, pela qual desce até sua barra no lageado Jaguarundi, sobe pelo mesmo, confrontando com o Município de Vila Nova, em fase de emancipação, até a barra da Sanga Aras Pongas, pela qual sobe até sua cabeceira, daí pela divisa entre o 14º e 15º Perímetros, confrontando à direita com os lotes rurais nºs 70 e 67 e pela esquerda com os lotes nºs 292, 293, 294 e 168, até encontrar o lageado Gavião, sobe pelo mesmo até sua cabeceira, daí, por um travessão, confrontando pela esquerda, com os lotes rurais nºs 160, 159, 158, 157, 156, 155, 181 e 182, todos do 15º Perímetro, e pela direita com os lotes nºs 100 e 111 do 14º Perímetro, até a cabeceira da Sanga Seca, pela qual desce até sua barra no Arroio Guaçu, desce pelo mesmo até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais nºs 234 e 235

do 8º Perímetro, segue pela mesma, confrontando ainda pela esquerda, com o lote nº 231 até o lageado Grande pelo qual sobe até encontrar, em sua margem esquerda, um travessão, pelo qual segue, confrontando à direita com os lotes rurais nºs 133, 132 e 131 e pela esquerda, com o lote nº 119, e, ainda por outro travessão, confrontando pela direita com os lotes nºs 120, 118, 116 e 114 e, pela esquerda, com os lotes nºs 119, 117, 115 e 113, todos do 7º Perímetro, no Município remanescente de Toledo, daí, pela divisa entre os lotes nºs 114 e 112 até a Sanga Taquaruçu, pela qual sobe até encontrar, em sua margem esquerda, a divisa entre os lotes nº 28 e 31, pela qual segue até o travessão e, por este, confrontando à esquerda com os lotes nºs 31 e 33, até a divisa dos lotes nºs 30 e 32, pela qual segue até a Sanga 15 de Novembro, sobe por esta até encontrar a nascente da água do Macaco, descendo por esta até o Rio Marrecos, descendo este até a Foz do Lageado Azul, subindo por este até a Sanga Cristal, seguindo-se até a Sanga Funda, pela qual desce, agora limitando com o Município de Marechal Cândido Rondon, até sua barra no Arroio Guaçu e, por este, até sua confluência com o lageado Gavião, ponto de partida desta descrição".

"Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 02.12.91

(aa) DUILIO GENARI
ALBINO CORAZZA.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 562/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 8915/88 de 15 de dezembro de 1988.

Art. 2º - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

A lei número 8915/88, feita com objetivos não identificados tem atrapalhado o desenvolvimento do município de Paranaguá, trazendo sérios prejuízos tanto no setor urbanístico, como em função de processos judiciais, daí a razão natural da revogação dessa Lei.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na semana passada houve um dia de intenso debate a respeito da questão dos trabalhadores do serviço público do Estado do Paraná.

Foram debatidos as perdas salariais e o violento achatamento daqueles trabalhadores. No momento do debate o Líder do PMDB apresentou a esta Casa Legislativa a proposta do governo, lendo da tribuna. Tal proposta foi divulgada pela imprensa do nosso Estado, como sendo a proposta oficial do Governo do Estado.

Nós naquele momento ficamos quietos, procurando que a nossa assessoria fizesse um estudo mais detalhado daquela tabela. Hoje com esse estudo nas mãos nós podemos constatar a real situação dos trabalhadores do serviço público.

O Índice Nacional de Preços do Consumidor no período de janeiro a dezembro/91 ficará em 463,15%, se estimarmos para o mês de novembro e dezembro uma inflação de 24%.

O Governo do Estado nesse período todo, de janeiro a dezembro/91, concedeu um reajuste somente de 20%, portanto no mês de janeiro para zerar todas as perdas salariais dos servidores públicos estaduais, o reajuste teria que ser de 369,29%.

Pois bem, Senhores Deputados, na proposta do governo, o maior reajuste é de 356%, o que significa para esses trabalhadores um perda ainda de 2,91%. O governo propõe um reajuste médio no quadro geral de 247,10%, o que significa ainda uma perda aos trabalhadores dessa faixa de 35% e o menor reajuste que o Sr. governador propõe é de 100%, o que deixa ainda um acumulado de perda salarial no valor de 134,65%, portanto todo ufanismo do Líder do PMDB, todo o ufanismo do Senhor Governador e todo ufanismo da imprensa a respeito desse reajuste mostra somente um lado da moeda, o lado de quem conta a história, não deixando à mostra o outro lado, o lado dos servidores públicos, que demonstra que permanecerão com perdas salariais acumulada no período de janeiro a dezembro de 91. Pior ainda é que esse reajuste será feito em duas prestações: uma no mês de janeiro e outra no mês de fevereiro, significando que os 75% que vem para o mês de janeiro, fará com que o menor salário do servidor público estadual seja cerca de 97 mil, quando nós sabemos que pela lei do salário mínimo, o menor salário, o salário mínimo no país será de 96 mil em janeiro. Portanto, os servidores do serviço público estadual estarão no mês de janeiro percebendo somente o salário mínimo. E outra, na tabela divulgada pelo Senhor Governador demonstra que existe er-

ros, queremos entender, ou que há má vontade do Governador em mostrar o real salário desses servidores...

(Término do tempo.)

Senhor Presidente, eu uso o horário das Lideranças do Partido dos Trabalhadores. Porque na maioria dessas tabelas já traz junto como sendo salário o risco técnico e nós entendemos que isto não é salário, mas sim são algumas das vantagens. Esses servidores públicos que têm seu salário achatado, que têm a opressão no seu trabalho e que são reprimidos pelos seus chefes, descontente não somente com a atual realidade, mas já descontente inclusive com esta tabela que foi divulgada no dia 26, dia em que fizeram uma paralisação a nível de Estado. Essa paralisação nada mais foi do que para demonstrar o descontentamento em relação ao Senhor Governador e em relação a administração do serviço público. Esses trabalhadores agindo dentro da legalidade constitucional, dentro da legalidade das leis brasileiras, que lhe dão direito de manifestação pública, fizeram essa paralisação. O Senhor Governador, desrespeitando a democracia, desrespeitando a legalidade, pegou e fez a suspensão por três dias desses servidores estatutários e os regidos pela CLT. Tal suspensão se deu em função de um Ofício do Senhor Secretário de Estado e Administração, Senhor Luiz Gastão Franco de Carvalho, que propõe a suspensão por três dias dos funcionários regidos pelo Estatuto Funcional, Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 70, e a suspensão por um dia e mais a perda de repouso semanal remunerado aos servidores regidos pela CLT. Esse cidadão, o Senhor Luiz Gastão, com o seu salário reajustado acima do que os demais trabalhadores, porque no mês de julho teve 60% de reajuste, quando os demais servidores tiveram 20% em setembro. Esse cidadão que sempre diz sim senhor, que está para servir o Governador, pelo que depõe no seu Ofício nº 1.705/91 e não para servir a população paranaense e não para se colocar ao lado dos trabalhadores, mas sim para reprimir esses trabalhadores. Seguindo a risca o que pedia nesse ofício ao Governador, ele não teve dúvidas e suspendeu por 3 dias os servidores, seja ele CLT ou estatutário. Foi assim a ação do Governador. E mais que depressa o Senhor Ericsson Diotallevi, Diretor Geral, remete telex a todos os Diretores pedindo essa suspensão. O Senhor Ericsson Diotallevi que conhecemos ele da Prefeitura, que nunca passou de um senhor que só sabe dizer sim ao Senhor Governador, que só sabe obedecer ao Senhor Governador e que só sabe reprimir aos servidores.

O Sr. Ericsson Diotallevi e o Senhor Gastão, se estivessem atentos ao que diz o

Estatuto do Servidor Público do Estado, assim não estariam agindo. Diz o Estatuto no art. 279 que os deveres dos servidores são a assiduidade, pontualidade, urbanidade e disciplina. E quando não cumpridos esses deveres, cabe a punição, e aí sim a advertência, a repreensão e, em terceiro lugar, a suspensão. Antes de serem advertidos, antes de receberem repreensão, já foram suspensos. E nenhum desses trabalhadores agiram fora do Estatuto. Cumpriram e cumprem a Constituição Brasileira. Portanto, o ato de suspensão é mais um ato arbitrário do Senhor Governador, orientado pelos seus assessores, e o reajuste, tão cantado, hoje já está decantado num canto no fundo do bolso do servidor porque não tirará ele da miséria em que se encontra, porque esse reajuste não repõe as perdas salariais desses trabalhadores.

Ao contrário de reprimir os trabalhadores, ao contrário de agir com autoritarismo, poderia o Senhor Governador do Estado receber essas entidades dos servidores públicos, elaborar um estudo conjunto e propor um programa de reposição salarial e propor uma política aos servidores públicos, que atendesse um plano de cargos e salários decente, que atendesse as necessidades do Estatuto Único dos Servidores, Estatuto esse que viesse a atender as necessidades do poder, do Estado e as necessidades dos servidores públicos.

Nós sabemos que isso é possível, que isso é viável. Somente não é viável se o Governador não quiser. E antes de ficar punindo os servidores públicos como tem feito o Governador e os seus Secretários, por que não cumprem a lei e não agilizam com o máximo de urgência o que já deveria ter sido feito até 5 de abril do ano passado, que é o regime jurídico único e o plano de cargos e salários a esses servidores?

Ao contrário de ficar reprimindo, por que não age dentro da legalidade e negociar com esses servidores? Aja dentro da democracia e receba esses servidores. Ou somente isso é o discurso de campanha eleitoral, onde se dizia que assim ia agir e, agora, na prática, se coloca diferente.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos ao lado dos servidores públicos - e os defendemos -, porque sabemos que sem esses servidores o Estado do Paraná não conseguirá atender às necessidades da sua população.

Sem o servidor bem remunerado, sem o servidor contente no seu serviço, não teremos um serviço de qualidade, não teremos um serviço público que atenda às necessidades da população, haja vista que isso já está ocorrendo, como é o caso das várias Secretarias, onde os melhores técnicos saem, e aqueles técnicos que ficam traba-

lhando ficam desanimados pela situação em que se encontram no serviço.

Ainda na sexta-feira, visitando a Secretaria Estadual da Saúde, encontrei uma senhora de 57 anos, 20 anos de serviço, que ganha 60 mil por mês e que teve do seu salário descontada a paralisação que fizeram de reivindicação de melhores condições. Esta é a realidade dos servidores públicos: são pessoas desesperançadas, pessoas que não têm mais disposição para trabalhar e, no entanto, a Bancada Governista lhe faz ouvidos moucos e se faz de cega para enxergar essa realidade.

A realidade, Senhores Deputados, a realidade, Senhores Deputados de sustentação da Bancada Governista é que esses servidores não suportam mais a política do PMDB, não suportam mais a política do Governo Requião, não suportam mais a política de opressão e repressão imposta pelo Poder Executivo e pela bancada de sustentação a esse Governador que age desta maneira.

Essa política salarial, que estão contando como louros para o servidor, é de achatamento salarial, porque não repõe a perda de ninguém, de nenhum servidor e todos eles vão manter essas perdas salariais no ano que vem. Se vão à luta, são reprimidos...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dr. Rosinha, o horário da Liderança do PT já está esgotado e democraticamente a Mesa tem permitindo pelo menos, trinta segundos, no máximo, um minuto além. Vossa Excelência já passou dois minutos do horário da Liderança. Gostaria que concluísse.

O SR. DR. ROSINHA - Concluo, Senhor Presidente. Cobramos, nós do PT, uma posição coerente da Bancada Governista que no palanque faz discurso democrático e de apoio aos trabalhadores e aqui, nós cobramos uma posição coerente em relação aos servidores públicos do Estado que têm seu salário achatado e estão sem perspectiva nenhuma, e quarenta e dois mil, é esmola a eles.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, com a palavra, o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Na última quinta-feira esse Parlamentar foi indagado, foi interpelado para comprovar as denúncias que fazíamos contra o Ministro da Saúde do Brasil. Parece que a nossa preocupação tinha fundamento. O contrato com a Master-Consultoria foi cancelado e como diz o velho ditado, "onde há fumaça, há fogo", parece que a notória especialização dessa empresa, conquistada por um curso

intensivo de apenas seis meses, não foi suficiente para manter esse contrato em pé.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Emília Belinati, nesse momento em que a democracia brasileira sofre tão duros golpes, tão abalada essa difícil quadra da vida nacional, nós temos uma notícia alvissareira. Durante quatro dias se reuniram nas antigas dependências do estúdio da Santa Cruz em São Bernardo do Campo, cerca de 1.300 delegados, com aproximadamente uma centena de observadores internacionais, se reuniram e constituíram um dos fatos mais importantes para a consolidação da democracia em nosso País. Falo, Senhores Deputados, do I Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Onze anos de vida política, presente nas lutas do nosso povo nesse País, o Partido dos Trabalhadores conseguiu inovar, inclusive em termos mundiais, porque não há paradigma com a experiência histórica e política que o PT vem trazendo para a nossa vida pública nacional. O Partido dos Trabalhadores deu um passo a mais na consolidação e seu projeto para a sociedade, e fundamentalmente também, deu uma contribuição decisiva para o aprimoramento, o avanço e a consolidação da democracia em nosso País. O PT fez um balanço dos onze anos de sua luta política em nosso País. Pela primeira vez, os trabalhadores conseguiram, organizaram um partido político e hoje, detêm uma força na vida nacional, já equiparada às grandes forças e aos grandes partidos políticos. É algo inédito na história do nosso País. Avançamos no campo da organização partidária, profundamente o nosso partido introduziu mecanismos importantes no seu Estatuto e no seu Regimento que apontam, avançam e aprofundam ainda mais a democracia interna, com a participação inédita e assegurada em grande percentual, a participação da mulher trabalhadora dentro do PT. Conseguimos avançar no fortalecimento e na importância dos núcleos de base, no domínio e na organização do nosso Partido. O PT, portanto, deu uma demonstração clara de que é possível nesse País, existirem partidos com propostas, com programas, com idéias e fundamentalmente, partidos que consigam abrir canais de participação para a classe trabalhadora em nosso País.

Todavia, para a sociedade brasileira nesse momento difícil também...

(E-lhe tirado o som)

Para concluir, Sr. Presidente.

Neste momento difícil o nosso Partido não faltou a responsabilidade a que lhe cabe. Apresentamos e aprovamos na questão conjuntural, e na análise conjuntural do nosso País um documento onde apontamos claramente a necessidade da mobilização da

sociedade brasileira para pôr fim aos desmandos do Governo Collor. Mais do que isso, nós apresentamos à sociedade brasileira um projeto alternativo de governo; um projeto que não passa pela política recessiva, a política neoliberal, a política da terra arrasada que pretende colocar a maioria dos brasileiros em situação de miséria e abandono.

Nós apontamos, sim, o caminho da distribuição de renda; o caminho do desenvolvimento como o caminho realmente necessário e fundamental para conquistar...

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Gostaria de conceder o horário ao Deputado Ernani porque acho que este relato é importante para a Casa. O horário da Liderança do Bloco Independente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência tem cinco (05) minutos do horário da Bancada do Partido Independente.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço a gentileza de Vossa Excelência nobre Deputado Paulo Maia!

O PT apresentou à sociedade brasileira neste Congresso uma peça política que certamente será a grande arma do povo brasileiro de todas as forças políticas progressistas comprometidas com a luta do povo. Apresentamos uma peça que temos certeza que irá nortear o debate político daqui para a frente e servirá fundamentalmente, como um projeto alternativo para a nossa sociedade.

Nós não aceitamos o engodo, a mentira da política neoliberal que, sob o pretexto de diminuir o estado, torná-lo mais eficiente, de uma forma criminosamente entregando as riquezas de um enorme patrimônio produtivo representado pelas empresas estatais a grandes grupos econômicos de nosso País. E para isto o PT apresenta uma proposta alternativa: nem entreguismo e nem a manuseação dessas estatais de forma que estão sendo conduzidas.

Ora, Srs. Deputados, se o Governo está entregando as nossas estatais àqueles que têm os títulos da dívida pública sob o pretexto de que com o patrimônio produtivo estarem pagando a dívida com os credores, nós apresentamos uma proposta alternativa: primeiro, reconhecer que a maior dívida que este Governo tem é exatamente com a classe trabalhadora neste País e dentre essas dívidas a maior delas está com a Previdência Social.

Por isso estamos cobrando claramente: primeiro, que o Governo coloque a Previdência Social sob o controle direto dos trabalhadores, que são os verdadeiros donos da Previdência Social; segundo, que

pague a sua dívida com a classe trabalhadora e com a Previdência Social, entregando as empresas estatais ao controle da Previdência. Aí teremos, Srs. Deputados, não mais empresas estatais, mas teremos verdadeiramente empresas públicas, sob o controle dos trabalhadores e da sociedade civil.

Mais do que isso, é um engodo, uma mentira dizer que a questão fundamental deste País está no controle da inflação, utilizando os seus métodos tradicionais da recessão, os métodos tradicionais de controle monetário.

Nós entendemos que a questão primordial hoje para combater a inflação e principalmente para promover a justiça social neste País passam necessariamente pelo crescimento econômico e passam necessariamente pela distribuição de renda.

Colocamos tanto a sociedade brasileira como ponto fundamental para nós que qualquer modelo de desenvolvimento econômico hoje deve levar em conta fundamentalmente, a distribuição de renda, o investimento maciço nos setores de produção dos bens de consumo de massa e nos setores de produção de alimento. Mais do que isso, devemos combater o capital financeiro especulativo, direcionando os recursos exatamente para o setor da Produção.

Precisamos isso sim, mudanças estruturais, tais como a Reforma Agrária, que coloque milhões de brasileiros na condição de produtores e de cidadãos, promovendo a dignidade da pessoa humana, integrando esse enorme contingente de trabalhadores rurais sem terra, integrando-os no mercado de consumo em nosso País. Mais do que isso, precisamos também de uma política agrícola, que direcione os recursos aos pequenos produtores, que são aqueles que irão produzir a cesta básica, que nós temos que efetivamente garantir que chegue à mesa de todos os brasileiros.

Colocamos também a importância de uma Reforma Tributária, que comece a colocar o País num rumo diferente do que nós temos hoje. Não aceitamos a tese do Imposto Único, para nós o que é fundamental é modificar o perfil de arrecadação de impostos no nosso País, não pode mais a arrecadação de impostos ser colocada de uma forma regressiva, através dos impostos sobre a circulação de mercadoria. Entendemos que a Reforma Tributária deve passar necessariamente pela implantação de um sistema eficiente de tributação, sobre a renda em nosso País. Mais do que isso, adotar a proposta do Imposto negativo em garantia de renda mínima, a todos os trabalhadores e adotar também a proposta de imposto de solidariedade, para eliminar também a maior mazela da vida política brasileira, que é exatamente esse enorme contingente

de pessoas que hoje vivem à margem da sociedade, à margem do consumo e sequer tem acesso à alimentação.

Para concluir Sr. Presidente, assumo aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, tão logo, sejam publicadas as resoluções do 1º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores a entregar a Vossas Excelências para que reflitam, leiam com atenção, e tenho certeza, muitos irão se somar a nossa luta para que nós mudemos o Brasil, com ou sem Collor se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebe o Ofício em que o Deputado João Iensen, comunica que está reassumindo hoje seu Mandato Parlamentar.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, farei um breve relato do Seminário de Alternativas para enfrentar a crise que foi na última semana no Porto de Paranaguá, e que interessa a todos os paranaenses; e depois, farei também uma lamentação quanto a explosão do Silo de cem mil toneladas no Porto de Paranaguá, denunciada por nós no mês de junho e no mês de agosto. Nós aqui, dizíamos que o Porto de Paranaguá explodiria, e como nós prevemos o Porto explodiu e a incompetência Governamental se mostrou a toda prova. (LE):

"Senhor Presidente, Nobres Pares.

O Parnanguara tem pelo seu porto, grande admiração... Afinal ele tem sido, ao logo dos anos, o sustentáculo de economia da cidade... Nós, com a responsabilidade do nosso mandato, temos por aquele terminal, grande preocupação. Preocupação já externada aqui.

Essa preocupação, hoje, é a mesma dos técnicos portuários diante do quadro de dificuldades que os portos nacionais têm enfrentado, após a extinção da Portobrás e pela absoluta falta de recursos para sua melhoria, expansão e a perseguida modernidade.

Até bem pouco tempo, esses portuários estavam desmotivados. Fatores de diversas ordens políticas, interferindo na maior autarquia do Estado colocavam aqueles servidores distanciados do Processo administrativo que havia conferido ao porto de Paranaguá, excelente imagem. O Porto se notabilizara em eficiência, rapidez e segurança. O porto se situava entre os de melhor índice de produtividade por metro linear, na movimentação de suas cargas.

Esse afastamento resultou num atraso de mais de 30 anos.

Como era necessária uma retomada de posição a fim de resguardar o terminal e

para que ele não fosse sufocado pela maior competência e eficiência de seus concorrentes, esses mesmos portuários organizaram o seminário "Alternativas para enfrentar a crise".

Esse foi o auspicioso evento acontecido a partir do dia 22 até o último dia 29 de novembro. Durante sua realização foram diagnosticadas algumas deficiências e um conjunto de providências administrativas e operacionais que exigiam da APPA uma posição saneadora.

Foram inúmeras as propostas elaboradas nesse seminário, todavia, para não ser exaustivo, vou-me permitir falar apenas da proposta relativa aos investimentos necessários:

01) - O porto precisa retomar a conclusão do terminal de contêineres (OTECON) mas para isso vai ter de buscar recursos da ordem de 68 milhões e duzentos mil dólares, distribuídos em equipamentos; um pátio de 210 mil metros quadrados e edificações de infra-estrutura; dragagem de um milhão de metros cúbicos; construção de 80 metros de cais; sistema de energia elétrica e sistema viário

Essa obra, nobres pares, foi iniciada em 87, e paralisada em 1990 ...

02) - Modernização do corredor de exportação: esse mesmo que explodiu sábado, a modernização desejada vai exigir recursos da ordem de 20 milhões e 950 mil dólares assim distribuídos:

- construção de um silo horizontal com capacidade para 70 mil toneladas estáticas em substituição aos quatro silos, considerados obsoletos, que serão revertidos para outras cargas.

- derrocagem (3.500m. cúbicos) do canal de acesso no trecho entre o corredor de exportação e a área de fundeio, permitindo a liberação dos navios carregados até 39 pés de calado independente de marés ...

- aprofundamento do canal de acesso de 37 para 39 pés ..

- estudos e projetos em modelo reduzido para obras que permitam a anual do volume de dragagem (incidência anual de 1.500.000 metros cúbicos de dragagem ...)

- duplicação da capacidade de embarque do terceiro berço do corredor de exportação (mais um "ship-loader" e correia de faixa que darão mais 1.500 toneladas horas...)

- criação de linhas independentes para os terminais que operam em comum com as linhas de exportação do silo vertical ...

- reformulação da pera ferroviária e construção da moega ferroviária, ou construção da moega central ferroviária ...

03) - ampliação de cais, lado oeste. Esta obra exige 6 milhões 500 mil dólares,

assim distribuídos:

- construção de cais acostável iniciativa privada (244m) compreendendo 4 dol-fins de atracação e 2 de amarração, resultando dois berços, um externo e outro interno ...

- equipamentos para embarque de graneis sólidos ...

- alteração do "Lay - Out" do cais comercial com a fusão dos dois pontos de embarque de granel em único ponto com maior capacidade operacional, destinado os espaços resultantes para outras cargas.

04) - Tefer - Terminal de fertilizantes - Esta obra vai consumir 17 milhões de dólares, assim distribuídos:

- a primeira fase poderá compreender a adaptação de trecho existente de cais e respectiva ligação automatizada de linhas de descarga com terminais privados.

- a segunda fase, compreenderá a execução junto a iniciativa privada de um terminal completo para descarga de graneis sólidos, compreendendo a aquisição de equipamentos, construção de cais, aterro hidráulico, pátios e sistema antipoluição e demais instalações auxiliares necessárias.

05) - Reequipamento - para suprir as necessidades em termos de equipamentos a APPA vai precisar de 5 milhões de dólares. Serão equipamentos de pequeno porte para substituir e ampliar a frota já existente, a fim de compatibilizar o transporte horizontal e vertical - armazém/navio/armazém, com o fluxo de embarque e desembarque ...

O Seminário apontou essas obras como indispensáveis ao Porto de Paranaguá. Para sua realização o grupo responsável pelos investimentos fez estudo denominado, "alternativas para realização dos investimentos ..."

São eles:

a) estender a participação da iniciativa privada, individual ou em consórcio, os investimentos portuários, em escala maior à praticada tradicionalmente, preservado o caráter público do porto.

b) promover estudos de viabilidade de passar atividades não afins do porto à iniciativa privada, entre elas até a manutenção e operação de equipamentos operacionais ...

c) Gestão do Governo do Estado, na captação de recursos federais, nos casos em que estes constituam a única alternativa ...

d) promover estudos de viabilidade de convênios e financiamentos externos.

e) estabelecimento de tarifas progressivas que estimulem a produtividade, otimizando a capacidade instalada.

f) ação política do Governo do Estado

para a modernização e integração do sistema de transporte, permitindo ao porto aumentar a sua movimentação competindo em melhores condições com outros portos brasileiros.

As intervenções propostas são:

- FERROESTE

- Conclusão da ligação com o Mato Grosso do Sul (uma das pontes do Rio Paraná).

- Conclusão da duplicação da BR 376 ou implantação da BR 101 (Garuva - Alexandra)

- Permitir ao Porto o gerenciamento do ATP (Adicional Tarifário Portuário) arrecadado nos investimentos aqui priorizados.

Como se observa, nas alternativas propostas há algumas sugestões que chamam a atenção pelo seu caráter privatista, se contrapondo aos anseios dos sindicatos da orla, pelo jeito, não foram ouvidos e, à tese do Governo sobre Porto público, conquanto as ressalvas feitas no documento.

Confesso que estranhei...

Estranhei por outro lado que o Seminário que tinha como mote "ALTERNATIVAS PARA ENFRENTAR A CRISE", trouxesse em seu bojo tantos e tão caros investimentos.

Como são apenas propostas resta a este Deputado aguardar as discussões que se seguirão.

Senhores Deputados, porque estamos na expectativa de profundas alterações na legislação portuária, o Seminário em apreço sugeriu que o Porto de Paranaguá passe a operar 24 horas por dia, tendo em vista a necessidade de se utilizar todo o tempo possível a fim de ampliar a capacidade operacional do terminal.

É uma excelente idéia, que estará sendo posta em prática após a análise de alguns aspectos de natureza jurídica etc.

O relato desse Seminário e sua contribuição, ao nosso Porto, constitui a parte positiva deste nosso pronunciamento. Ao fazer tais registros cabe-nos cumprimentar a todos os portuários envolvidos. Sinal que o Porto, por seus servidores está vivo, pulsando, na luta por dias melhores.

A segunda parte deste pronunciamento, é ao contrário, negativa e isso nos aborrece. Não gostamos dessa aliança entre o sim e o não.

Por outro lado, confirma uma preocupação nossa já manifestada, no início de nosso mandato, nesta tribuna.

Foi com veemência que criticamos a gestão anterior da APPA, que não cuidou dos corredores de exportação... que não fez os necessários e urgentes serviços de reparos e de manutenção de todas suas dependências, que preferiu construir avenidas asfálticas, que procurou aplicar o dinheiro da receita na ciranda financeira etc.

Em 1986, havia acontecido a primeira explosão no silo de 100 mil toneladas, essa explosão acabou com o sistema de despuramento do silo. O despuramento é um recurso técnico que tem por finalidade evitar a suspensão no ar de pó inflamável. Desde 1986 esse sistema não funciona.

Na manhã do último dia 30, sábado às 8:30 horas, uma nova explosão sacode o silo de 100 mil toneladas, maculando-lhe as estruturas, em virtude da grande quantidade de pó em suspensão, pó de cevada nas células R-7 e R-8, que estavam vazias. Porque Deus é portuário, não houve vítimas a lamentar, mas os prejuízos são enormes.

Porque Deus é portuário, apenas 25 por cento da capacidade de armazenamento ficou prejudicada. Significa dizer que o silo de 100 mil toneladas, atingido por explosão violenta, que vai consumir grandes verbas orçamentárias para sua restauração, - graças a Deus - vai continuar operando com sua capacidade de exportar.

Isso, Senhores Deputados, é milagre de Deus. Acho que o Governo do Paraná, não tem o direito de entregar tudo nas mãos de Deus e negligenciar com coisa séria, e muito menos pôr em risco vidas humanas.

Nós já havíamos avisado desse risco, fizemos isso desta tribuna, foi, à época, um libelo à incompetência. Hoje fazemos o mesmo, na esperança de que, desta vez, providências sejam tomadas, e, que elas sejam rápidas e efetivas.

Chega de deixar tudo à Providência Divina!"

Senhores Deputados, aqui eu gostaria de chamar a atenção do Líder Orlando Pesutti, de todos os Deputados do PMDB, da Bancada de sustentação, e dizer que o Paraná perdeu com essa explosão do silo de cem mil toneladas, perdeu o Governador porque não quis escutar este Deputado, perdeu a Assembléia Legislativa, a Bancada de sustentação porque efetivamente não cutucaram o Senhor Governador, perderam os usuários do Porto porque terão prejuízos, perdeu o exportador paranaense, perdeu este Deputado por ser um Deputado de oposição, não foi ouvido, e com isso a incompetência continua gerando caos grandioso no Estado do Paraná.

Incompetente foi o antepassado, incompetente é esse Governador que não ouve quem aqui levanta os problemas no Estado do Paraná, nós levantamos e estão nos Anais da Casa, no mês de junho nós falávamos que o Porto não tinha manutenção e no mês de agosto nós dizíamos: "O Porto vai explodir, o silo vai explodir".

E isso, graças a Deus, os Senhores conseguiram na manhã do dia 30 de novembro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.
PTB com a palavra.
(Declina).
PL com a palavra.
Com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, Senhor Líder do PMDB.

No dia em que o Senhor Governador do Estado instalou na Cidade de Bela Vista do Paraíso o seu Governo itinerante, no dia 23 de agosto, às 11:00 horas da manhã, o Prefeito Municipal de Arapongas, acompanhado dos seus Secretários, manteve uma audiência com o Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano, Deputado Homero Oguido, e a solicitação naquela oportunidade foi para liberação dos Projetos de Arapongas financiados pelo PEDU e com a participação do Banco Mundial. Sua Excelência, o Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano, Deputado Homero Oguido, informou ao Prefeito Municipal de Arapongas que toda a documentação estava em ordem e que dependia posteriormente da palavra do Senhor Governador do Estado, no mesmo dia, às 13:30 horas, o Prefeito Municipal de Arapongas, acompanhado dos seus Secretários da área de Desenvolvimento Urbano e Saúde, esteve em audiência com o Senhor Governador do Estado, na presença do Chefe da Casa Civil desse Governo e o Prefeito Municipal de Arapongas solicitou a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado que liberasse as verbas do PEDU para Arapongas, a fim de que, fosse, o conjunto Palmares, asfaltado e esse conjunto Palmares é o mais carente dos conjuntos da cidade de Arapongas. Localizado em local impróprio, exigiu da Prefeitura Municipal de Arapongas, grandes investimentos para tornar habitável aquela área.

O segundo Projeto seria destinado ao Parque Industrial da Cidade, a fim de que, aumentando a oferta de empregos, pudesse o Município de Arapongas, continuar no seu processo de desenvolvimento.

O Senhor Governador do Estado determinou, na frente do Chefe da Casa Civil, que fossem liberadas as importâncias para o Município de Arapongas. Quem deve dizer se o Projeto está rigorosamente em ordem e atende a todas as exigências não é o Senhor Chefe da Casa Civil, a sua competência é outra. Compete privativamente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano, hoje, Deputado Homero Oguido a tomar essas providências. Sempre, o critério adotado pelo Governo do Estado no Governo Alvaro Dias, foi de que, após aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano o Projeto do PEDU, iria diretamente para o Banco do

Estado, que assinaria o referido contrato e encaminharia ao Município interessado que, dando a sua participação de 25% estaria com o recurso liberado através da assinatura daquele contrato.

Houve portanto a atenção e a preocupação do Senhor Prefeito Municipal de Arapongas. Eu não seria nenhum irresponsável se viesse a essa tribuna da Assembléia Legislativa, o único canal competente para um Deputado se comunicar com o Governo do Estado, eu seria irresponsável se, firmasse um documento, um requerimento como firmei - denunciando ao Banco Mundial, essa discriminação. Assim o fiz, porque todos os recursos necessários para a liberação desses contratos foram tomados por mim, tive a cautela de aqui me manifestar por mais de uma vez e recebi o apoio público e também o apoio privado de muitos dos Senhores Deputados preocupados com essa situação. Não trago para esta Assembléia Legislativa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, problemas locais, não faço denúncias a pessoas, evito de assim proceder, nesta Casa Legislativa, onde exerço o meu mandato com a mesma dignidade que os Senhores Deputados o exercem.

Nessas condições, não vejo autoridade nenhuma, hoje, do Senhor Homero Oguido, em assim se referir ao Município de Arapongas, porque ele havia dito, que a última palavra seria dada pelo Senhor Governador do Estado, que foi procurado incontinenti pelo Prefeito Municipal de Arapongas. E devo dizer ao Senhor Caio Quintana que eu não procurei o caminho mais longo. Para mim, o caminho mais longo é daqui à Casa Civil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Ofício n. 40/91, subscrito pelo Senhor João Iensen, constante do expediente, comunicando que na presente data estará reassumindo seu mandato parlamentar. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n. 793/91, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, justificando sua ausência na presente Sessão, em virtude de compromissos inadiáveis na região de seu eleitorado. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Duílio Genari e Albino Corazza, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 163/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, autoriza a criação da Central de Atendimento de Emergência através de ambulância na Região Metropolitana de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Dr. Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 163/91

Dê-se ao Projeto de Lei n. 163/91 a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criada, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, a Central de Atendimento de Emergência através de ambulância na Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º - A Central de Atendimento de Emergência terá sua sede no Município de Curitiba, e atenderá aos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Saúde estabelecerá as diretrizes de ação e gerenciamento da Central de que trata esta Lei.

Art. 4º - A Assembleia Legislativa do Paraná, à exceção de uma ambulância que será destinada ao atendimento de Deputados e servidores do Poder Legislativo, deverá proceder a doação das ambulâncias de seu patrimônio às regionais de saúde da Secretaria de Estado da Saúde e à Central de Atendimento de Emergência criada por esta Lei.

§ 1º - A doação das ambulâncias prevista no "caput" deste artigo deverá obedecer como critério a destinação de um veículo para cada regional da Secretaria de Saúde e, as remanescentes, à Central de Atendimento de Emergência.

§ 2º - A doação de que trata este artigo deverá ser feita no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 5º - Os recursos para implantação da Central criada por esta Lei serão alocados mediante abertura de crédito suplementar, servindo como fonte de recursos o cancelamento da dotação das verbas de As-

sistência Social pagas aos Deputados Estaduais, com o respectivo cancelamento da rubrica própria no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 6º - O Poder Executivo deverá regulamentar esta lei, por Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

Dr. ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: João Arruda, Algaci Túlio e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos, com a presente, definir o órgão sob o qual será vinculada a Central de Atendimento de Emergência, além de um colegiado gestor de suas ações, propondo-se, no caso, o Conselho Estadual de Saúde, instância adequada para essa função.

Afora este aspecto, pretendemos também dar viabilidade ao início das atividades da mencionada central, definindo-se, desde logo, a destinação de veículos e recursos para o seu funcionamento. Além, é claro, de privilegiar o atendimento de saúde no interior do Estado.

O presente Substitutivo Geral, cremos, dará à propositura condições ideais de exequibilidade, motivo pelo qual contamos com sua aprovação unânime.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem: O Projeto de Lei n. 163/91 tem emenda substitutiva apresentada, nesta Casa e esta não consta da discussão. Não foi publicada.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa comunica que a emenda está sendo apresentada hoje em segunda discussão e volta para as comissões. Quando voltar em terceira discussão vai constar da Ordem do Dia.

Em discussão o projeto e emenda. Encerrada a discussão, o mesmo volta à Comissão para análise.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 165/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, dá nova redação a letra "d", do artigo 1º, da Lei n. 9577 de 14 de março de 1991 (L.P.E). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

DE PLENARIO DE N° 01, AO
PROJETO DE LEI N° 165/91

Art. Único - O Projeto de Lei n. 165/91, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - O Art. 7°, da Lei n. 4.766, de 13 de dezembro de 1963, alterado pelas Leis ns. 5.802, de 12 de julho de 1968 e 9.577, de 14 de março de 1991, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 7° - Poderão se inscrever, com os mesmos direitos e obrigações, mediante expressa manifestação de vontade à Superintendência do I.P.E., o Governador e o Vice-Governador do Estado, os Secretários de Estado, os Deputados e os ocupantes de cargos de provimento em comissão."

Art. 2° - Fica suprimida a alínea "d", do Art. 6°, da lei n. 4.766, acrescido pelo Art. 1°, da Lei n. 9.577, de 14 março de 1991.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 02.12.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamto: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Toti Colaço e Domingos Carvalho.

Em discussão o projeto e emenda. Encerrada a discussão, o projeto volta para as Comissões.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 389/91, de autoria do Deputado HEINZ GEORG HERWIG e OUTROS, requer a instalação da disciplina de educação de trânsito no currículo das escolas públicas de 1° grau do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.E.C.E., por unanimidade. Em votação.

O SR. DR. ROSINHA - Para encaminhar,

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, como outros Deputados, acredito que todos, recebemos um parecer do Conselho Estadual de Educação. Este parecer foi dado em cima de uma consulta feita pela Câmara Municipal de Prudentópolis, sobre a oferta de educação ambiental nas escolas da rede municipal e de ensino fundamental.

O Relator Teófilo Bacha Filho faz um relatório de toda a questão de currículos nas escolas públicas. Ele aproveita esta consulta feita pela Câmara Municipal de Prudentópolis e se atém inclusive a outros projetos e mesmo alguns que tramitam na

Assembleia Legislativa. Faz um histórico do Conselho e das razões desta consulta. Entra no mérito da Legislação vigente. Por último apresenta as conclusões, que é o voto do Relator que foi aprovado por unanimidade dos presentes no Conselho de Educação.

Esta consulta diz respeito à inclusão, nos currículos escolares, de matérias outras que não constem atualmente nas escolas.

Diz o seguinte:

"A vista do exposto, somos de parecer que as matérias propostas no âmbito dos Legislativos Municipais, ou Estadual, versando sobre a introdução de novas matérias nos currículos de primeiros e segundo graus, não devem ser acolhidas por ferirem os dispositivos legais em vigor, máximo texto constitucional e a Lei n. 5.692/71, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entende-se, no entanto, a preocupação dos legisladores em relação a temas palpitantes e atuais. Estes, evidentemente, não se constituem em tópicos estranhos à educação escolar, podendo ser incorporados no dia-a-dia dos estabelecimentos de ensino, como conteúdos a serem abordados de diferentes formas e modos, no conjunto das disciplinas que compõem os currículos de primeiro e segundo graus.

Através de suas tribunas, Legisladores Municipais e Estaduais poderão exercer saudável influência, chamando a atenção dos pais, educadores e da sociedade em geral para tais temas, incentivando sua discussão e debate no espaço escolar através das disciplinas curriculares quer através de eventos especialmente planejados para tal fim.

Propõe-se, finalmente, que o presente parecer seja levado ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados e dos Senhores Vereadores de todos os municípios paranaenses a fim de auxiliá-lo a continuar bem servindo a educação dentro dos parâmetros estabelecidos pela Legislação em vigor."

Esse é o parecer do Sr. Teófilo Bacha, e que nós da Bancada do PT vamos nos pautar por esse parecer que foi aprovado por unanimidade no Conselho Estadual de Educação e através dele nós demonstramos já o voto da Bancada do PT no mesmo sentido desse Parecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto 389/91.

Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 400/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, autoriza o Governo do Estado a pagar a "Gratificação de Regência de Classe" aos

professores aposentados. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J, C.F. e C.E.C.E., por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retira o Projeto de Lei nº 400/91, por 02 (duas) Sessões.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/91, de autoria do Deputado Albino Corazza e outros, dispõe que os municípios gozarão de redução de vinte por cento das publicações que fizerem no Diário Oficial do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, denomina "Rodovia Máximo Jamur", a Rodovia Estadual PR-412, no trecho Paranã. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública a Associação Lar do Jovem Estudante Luterano - ALAJEL, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 062/91, de autoria dos Deputados João Arruda e Ademar Traiano, autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Centro Novo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/91, de autoria do Deputado Duílio Genari, autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do município de Toledo, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 108 de 03.09.91).

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, AO PROJETO DE LEI Nº 387/91

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Toledo, Estado do Paraná, os imóveis urbanos nºs 4, 5, 6, 11 e 12, da Quadra nº 40, do Distrito de Novo Sarandi daquele Município e Comarca, totalizando 4.200m², sem benfeitorias, com as seguintes confrontações: os lotes Urbanos nºs 4, 5, 6, 11 e 12 da quadra 40, com área total de 4.200m², sem

benfeitorias, limita-se ao Norte: Rua Fortaleza; Sul: com a Avenida Rio de Janeiro; Leste: com a Rua São Paulo; Oeste: lotes Urbanos nºs 3, 7 e 10 da mesma quadra 40. Os referidos imóveis estão devidamente registrados no 1º Ofício do Registro de Imóveis de Toledo, no Livro 3-L de Transcrições e Transmissões às fls. 214, sob nº 18699, em data de 24 de outubro de 1969, e Escritura Pública de Doação lavrada no Tabelião Walmir Grande, em Novo Sarandi, em data de 22 de outubro de 1969.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o art. 1º, serão destinados a Projetos Administrativos e para o cumprimento de função social relevante, no município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Durval Amaral, Emília Belinati, Nelson Justus, Rafael Greca de Macedo, Mário Bezerra e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Conforme os documentos anexos, os imóveis, do Município de Toledo, doados pela municipalidade ao Estado do Paraná, conforme Lei Municipal nº 509/69, de 05 de setembro de 1969, não foram utilizados para seus fins específicos.

Assim, passados mais de 20 anos, ante a inércia do próprio Estado do Paraná, aquelas áreas estão ociosas, descumprindo, portanto, sua função social.

Por outro lado, em face da inexistência de cláusula de reversão, de modo expresso, no Título de doação, impõe-se este Substitutivo Geral, para sob color de fungibilidade e economia na sua tramitação, os objetivos são os mesmos, apresentados, agora, a forma de Plano de Lei de doação.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 387/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 387/91, que recebe uma Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Toledo os imóveis urbanos nºs 4, 5, 6, 11 e 12, da Quadra 40, do Distrito de Novo Sarandi, pertencente àquele Município.

Trata-se de uma mera retrocessão de doação feita há mais de 20 anos e

objetivos não foram concretizados.

Por conseguinte, somos favoráveis a que se devolva àquele município os imóveis que eram seus, nos termos da Emenda Substitutiva Geral.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

JOSE ALVES

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando o arquivamento definitivo do Projeto de Lei nº 387/91.- Aprovado. Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 387/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/91, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, estende a alunos de estabelecimentos particulares de ensino os direitos da Lei nº 7.102, de 15 de janeiro de 1979. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 133, de 15.10.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROTOCOLO: nº 10092/91

PROJETO DE LEI: nº 475/91

SOMULA: Estende a alunos de estabelecimentos particulares de ensino os direitos da Lei nº 7102/79.

AUTOR: Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

P A R E C E R:

O autor propõe estender os benefícios da Lei nº 7102, de 15.01.79, aos alunos que frequentam os estabelecimentos particulares de ensino.

Esta lei supra mencionada garante a "segunda chamada" de exames ou avaliações a alunos da rede estadual de ensino, desde que a requeiram, no prazo de três dias da realização da primeira convocação, comprovando a ocorrência de doença, luto, casamento, convocação para atividade cívica ou judiciária e ainda impedimento por princípio religioso.

A pretensão não fere nenhum dispositivo legal, e opinamos favoravelmente à sua tramitação e posterior apreciação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 475/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, tem por finalidade estender aos alunos de estabelecimentos particulares de ensino os direitos da Lei nº 7.102, de 15 de janeiro de 1979.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.91.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

BASILIO ZANUSSO

Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, o Projeto de Lei 475/91 diz respeito a uma questão que está no âmbito de decisão do Conselho Federal de Educação. Assim como o anterior que já mostramos a posição nossa que é do âmbito do Conselho Estadual este é do Conselho Federal de Educação.

Portanto registro voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 3256, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3257, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3250, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3255, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3258, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, devo comunicar ao Senhor Deputado Orlando Pessuti que recebi na manhã de hoje todos os Projetos que me foram enviados pelo Departamento Legislativo, a todos já escolhi relatores, e foi convocada para amanhã a

Comissão de Constituição e Justiça que deverá se pronunciar a respeito dessas matérias em que o Sr. Deputado Orlando Pessuti muito preocupado com a tramitação urgente dessa matéria requer regime de urgência. Para mim Senhor Presidente, Senhores Deputados, regime de urgência, é responsabilidade, quando acho que a matéria é urgente a minha responsabilidade parlamentar exige que eu faça incontinenti a distribuição da matéria escolhendo o Parecer após estudar qual dos membros da Comissão de Constituição e Justiça melhor se adapta para a apreciação daquela matéria. Desta forma eu julgo até impertinente a solicitação do regime de urgência porque estamos dentro do período final desse ano legislativo, e por esta razão todos deverão de compartilhar com meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a urgência do Projeto de Lei 124/91 conservem-se como estão.

Aprovado.

Requerimentos de n°s 3259, 3260, 3261, 3262, 3263, 3264, 3266, 3267, 3268 e 3265, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3251, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 3270, 3271, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3272, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3280, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 3273, 3274, 3275, 3276, 3277, 3278, 3279, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à Hora Regimental, com a seguinte:

ORDEN DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 198, 373 e 475/91, e do Projeto de Resolução n° 062/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

089 e 099/91.

do Projeto de Lei Complementar n° 161/91, e dos Projetos de Lei n°s 181 e 516/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e noventa e um, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Deputado Cleiton Kiêlse Crisóstomo e com a presença dos Senhores Deputados integrantes da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 217/91. Relator. Senhor Deputado Heinz Georg Herwig. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 246/91. Relator. Senhora Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM EMENDA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados, e declarou encerrados os trabalhos da presente reunião da qual, para constar, eu Marisa Couto de Cristo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) CLEITON KIELSE CRISOSTOMO

Presidente

Marisa Couto de Cristo
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Dalton Machuca, Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, José Tavares, Durval Amaral, Antônio Costenaro Neto, Toti Colaço, Ernani Pudell, José Afonso Júnior, Rafael Greca e Alceu Swarowski; para a ouvida do Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, convocado por esta Comissão, atendendo ao requerimento do Deputado Nelson Justus, com a finalidade de falar sobre o Projeto de Lei oriundo do Poder Executivo, que diminuiu a incidência do ICMS da cesta básica e eleva as alíquotas de combustíveis e telefonia. O Senhor Pre-

sidente deu início aos trabalhos que transcorreram conforme Notas Taquigráficas em anexo. Ao encerrar a Sessão Extraordinária, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Heron Arzua e dos Senhores Deputados.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 31.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Valdir Rossoni, Alceu Swarowski, José Tavares, Durval Amaral, Mário Bezerra, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Emilia Belinati, Ovídio Constantino e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, aprovando a ata da sessão anterior após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Resolução n. 62/91. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 2) Projeto de Resolução n. 67/91. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 3) Projeto de Lei n. 463/91. O Deputado Relator, Mário Bezerra requer diligência - Deferido. 4) Projeto de Lei n. 498/91. Parecer favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 5) Proposição Veto n. 68/91, oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n. 180/91. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 6) Projeto de Lei n. 497/91 do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 7) Projeto de Lei n. 501/91. O Deputado Relator, Valdir Rossoni requer diligência - Deferido. 8) Projeto de Lei n. 505/91. Parecer Favorável do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado. 9) Projeto de Lei n. 520/91. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 10) Proposição Veto n. 65/91 oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n. 283/91. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 11) Projeto de Resolução. Parecer Favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto - Aprovado. 12) Proposição Veto n. 71/91, oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto n. 342/91. Parecer Favorável do Deputado Ovídio Constantino - Aprovado. 13) Projeto de Lei n. 504/91. Parecer Favorável do Deputado Ovídio Constantino - Aprovado. 14) Projeto de Lei n. 461/91 - Parecer Favorável do Deputado José Afonso Júnior - Aprovado.

15) Projeto de Lei n. 499/91. Parecer Favorável do Deputado José Afonso Júnior - Aprovado. 16) Projeto de Lei n. 491/91. Concedido vistas ao Deputado Alceu Swarowski. 17) Proposição Veto 67/91, oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto 337/91. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 18) Projeto de Lei n. 519/91. Parecer Favorável do Deputado Rafael Greca - Aprovado. 19) Projeto de Lei n. 494/91. Concedido vistas ao Deputado Ovídio Constantino. 20) Projeto de Lei n. 416/91. Parecer Favorável do Deputado Rafael Greca de Macedo - Aprovado. 21) Proposição Veto n. 64/91 oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto 323/91. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Deputado Presidente deu por encerrada a presente reunião. Estavam presentes também nessa reunião os Deputados José Afonso Júnior e Rafael Greca de Macedo. Que se lavre a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 19.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias de novembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na sala das Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Durval Amaral, Valdir Rossoni, José Alves, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Alceu Swarowski, Florisvaldo Fier, Antônio Costenaro Neto, Eurides Moura e José Afonso Júnior. O Senhor Presidente deu por aberta a sessão, passando-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n. 237/91. Parecer Favorável à Emenda, do Deputado Relator Valdir Rossoni - Aprovado. 2) Projeto de Lei n. 487/91. Parecer Contrário do Deputado José Tavares à emenda. Aprovada a Emenda com Pareceres Contrários dos Deputados Eurides Moura e Durval Amaral. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 13.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novem-

bro de hum mil novecentos e noventa e um na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 468/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 95/91. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORAVEL-APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 497/91. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORAVEL-APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 498/91. Relator Deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORAVEL-APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 499/91. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORAVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

Sandro Alberto Figueiredo

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 24.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Mário Bezerra, Nelson Garcia e Renato Adur. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 460/91, de autoria do Deputado Nilton César Servo e outros. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 502/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 433/91, de autoria do Deputado Ernani Pudell e outros. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 505/91, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 519/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 116/91. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os

trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

Wilson Penka

Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DO INDIO
ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial do Indio, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e contando com as presenças dos Deputados Paulo Maia e Cleiton Crisóstomo. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida o Senhor Presidente apresentou o plano de trabalho da comissão que foi debatido e aprovado de forma unânime. Seguindo o cronograma aprovado o Senhor Presidente informou aos Senhores membros que serão coletados pela assessoria documentação sobre a questão indígena e que serão repassados aos Senhores Deputados pela secretaria da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) FLORISVALDO FIER

Presidente

PAULO MAIA

CLEITON CRISÓSTOMO

I - TÍTULO

SITUAÇÃO DO INDIO NO ESTADO DO PARANÁ

II - LOCALIZAÇÃO

INDIOS DO ESTADO DO PARANÁ

III - JUSTIFICATIVA

No momento em que a América Latina está às portas de comemorar seus 500 anos, faz-se necessário e urgente uma retrospectiva histórica que servirá como reflexão sobre qual caminho seguir.

O primeiro dado a ser respeitado é que, para os povos indígenas o saldo dessa história se apresenta catastrófico. Sofreram verdadeiro genocídio e suas culturas foram destruídas. Os últimos sobreviventes estão morrendo. O descobrimento da América se deu fundamentalmente pela conquista marcada da mentalidade de exploração. Aos

explorados de ontem somam-se os de hoje que pagam com suas vidas no entra e sai da Nova República e do Brasil Novo.

Sob muitos aspectos, a América Latina continua na condição de "Colônia", como terreno de extração de riqueza em detrimento de sua população, meio ambiente, flora e fauna.

Não há como revisar a história: não ressuscitaremos mortos, nem retomaremos perdas irreparáveis, mas é nosso dever como parlamentares colaborar para que a América Latina e, particularmente o Paraná, venha a ser um espaço em que todos tenham garantia de vida.

Devido sobretudo a implantação e operação de serrarias em áreas indígenas no sul do Brasil, as terras atualmente ocupadas pelos grupos indígenas no Paraná apresentam enormes problemas de desequilíbrio ecológico, havendo mesmo algumas onde a degradação do meio ambiente se aproxima de situações extremas.

O desenvolvimento de nosso trabalho permitirá a atualização de informações e dados para a formulação de políticas de ações e para a adoção de medidas concretas que façam frente ao processo continuado de depredação do patrimônio ambiental das áreas indígenas. Sua necessidade se expressa pela inexistência de dados atualizados que permitam estabelecer projetos de caráter corretivo e de preservação ambiental das áreas indígenas.

O conhecimento concreto da situação atual e dos mecanismos destes processos de desequilíbrio étnico e do ecossistema, apontando medidas de ordem antropológica e ambiental que conduzam a uma nova situação é entendido como o primeiro passo de medidas reais que venham reverter o quadro atual configurando uma nova dinâmica das relações entre os índios no Paraná e o meio ambiente, no processo de organização do espaço e apropriação dos recursos naturais.

Ao nível local, esse trabalho pretende trazer elementos que contribuam para a conscientização e entendimento dos índios e população em geral a cerca da importância, e urgência, de conservação ambiental das áreas indígenas; ao nível das autoridades e organismos governamentais e das entidades civis, o trabalho pretende despertar suas atenções para a problemática destas áreas, servindo como subsídios para uma nova política indigenista no Estado do Paraná.

IV - OBJETIVOS

1. Geral

- Diagnóstico sócio-ambiental das áreas indígenas (reservas) do Estado. É um estudo econômico mais aprofundado visando a situação dos indígenas que vivem fora das

reservas.

- Elaborar relatório que servirá de subsídio para uma política indigenista no Estado.

- Esse material servirá para a elaboração de um seminário específico sobre a situação do índio no Paraná, e, como ato concreto deste Legislativo em respeito aos 500 anos da América Latina.

2. Específicos

- Produzir conhecimentos atualizados, com fundamentação antropológica e ambiental das áreas indígenas.

- Estudar a situação sócio-econômica da população indígena, esteja ou não na reserva.

- Verificar a situação das áreas, se degradadas ou não, o controle ambiental e o aproveitamento da flora e fauna.

- Estudar as relações internas (nas reservas) para verificar se há conflitos.

- Estudar o relacionamento cultural, social e econômico da população indígena em relação à branca.

- Identificar relações de domínio entre os índios. Destes com a FUNAI e com os brancos.

- Diagnosticar a situação de saúde e educação.

- Verificar se há respeito à cultura e à religião dos povos indígenas.

- Verificar se há respeito à vida e à cidadania do indígena.

- Elaborar um relatório final que sirva de subsídio para entidades, governamentais ou não, que atuam pela causa indígena.

V - DURAÇÃO

6 (seis) meses. Até abril de 1992 (Semana do Índio).

VI - METAS

1 - Colher e analisar a legislação específica.

2 - Coleta de material escrito, fotográfico e de audio-visual existente no Estado.

3 - Entrevistas com militantes, autoridades e líderes da causa indígena.

4 - Visitar todas as áreas indígenas do Estado, com os objetivos:

a) levantamento da situação sócio-econômico-ambiental das áreas;

b) verificação da situação de cada área;

c) reuniões e entrevistas individuais com a população indígena;

d) fotografar as áreas e os indígenas e gravar em vídeo as imagens e entrevistas;

e) verificar a preservação cultural e a situação de saúde e educação.

5 - Localizar índios que vivem fora das reservas com o objetivo de identificar

as razões que os levaram a isto e a situação sócio-econômica.

6 - Realizar no mês de abril de 1992 um seminário em comemoração aos 500 anos do descobrimento da América e nele expor a situação do índio paranaense através:

a) painéis, conferências, exposição oral da situação do índio no Estado e debates;

b) exibição de filmes e vídeos. Especificamente do vídeo elaborado pela Comissão;

c) exposição de fotos.

7 - Publicação do material.

VII - ETAPAS

1. Coleta de material

- Levantamento e análise da legislação específica.

- Levantamento, análise e sistematização de informações de ordem ambiental e antropológica junto a fontes de conhecimento.

- Pesquisa documental e histórica da ocupação das áreas e das relações entre índios e sociedade.

- Pesquisa técnica da situação ambiental das áreas indígenas.

2 - Entrevistas

- Contatos e entrevistas com órgãos públicos, entidades de apoio, antropólogos, ambientalistas, etc.

3 - Trabalho de Campo

- Avaliação da situação sócio-ambiental das áreas indígenas.

- Avaliação das condições de vida do povo indígena, estando ou não na reserva.

- Avaliação da situação da fauna e flora.

4 - Análise e avaliação dos dados coletados

- Análise e sistematização de todos os dados coletados no trabalho de campo e confrontação com as informações já obtidas.

5 - Redação Final

- Elaboração do trabalho conclusivo,

com indicações de medidas de ação de prioridades para as áreas indígenas.

6 - Seminário

- Seminário com a exposição de todo o material coletado, seja ele escrito, fotográfico ou audio-visual.

7 - Publicação

- O relatório final não deve se limitar ao texto frio e tecnista, voltado somente para os consumidores de praxe. Para que isto não ocorra, faremos:

1) Relatório a ser aprovado pela Assembleia Legislativa e remetido às autoridades.

2) Livro-texto para consumo da sociedade como um todo.

3) Texto simplificado para dar retorno às populações indígenas.

VIII - CRONOGRAMA

ETAPAS	MES
Coleta de material e análise	Dezembro
Entrevistas	Dezembro
Trabalho de Campo	Dezembro
	Janeiro
	Fevereiro
Análise e avaliação dos dados coletados	Março
Redação do relatório	Março
Seminário	Abril
Publicação	Abril

IX - NECESSIDADES

1 - Materiais

- a) Material de consumo
- b) Viagens e hospedagens
- c) Equipamentos

2 - Humanos

- a) Taquígrafos e redatores
- b) Assessoria jurídica, antropológica, ambiental e agrônômica.
- c) Fotógrafos
- d) Operadores de vídeos-filmadoras.

A. L. E. P.

CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTARIO - ALG

REF. - ALG245

PAG. - 1

DATA - 31.10.91

BALANCETE FINANCEIRO
DE 01 a 31 DE OUTUBRO DE 1991.

RECEITA	
ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES	
Receita tributária	0,00
Receita de contribuições	0,00
Receita patrimonial	0,00
Receita agro-pecuária	0,00
Receita industrial	0,00
Receita de serviços	0,00
Transferências correntes	1.110.000.000,00
Outras receitas correntes	0,00
	<u>1.110.000.000,00</u>
RECEITAS DE CAPITAL	
Operações de crédito	0,00
Alienação de bens móveis e imóveis	0,00
Transferências de capital	0,00
Outras receitas de capital	0,00
	<u>0,00</u>
	<u>1.110.000.000,00</u>
EXTRAORÇAMENTARIA	
Débitos de tesouraria	0,00
Depósitos de diversas origens	380.709.109,34
Fundos especiais	0,00
Contas a regularizar	0,00
Contas do realizável	0,00
Acordos e convênios	0,00
CREDITOS DE DESPESAS A PAGAR	
Fornecedores	166.347.501,15
Despesas com Pessoal	902.476.481,68
Outras despesas a pagar	0,00
	<u>1.068.823.982,83</u>
	<u>1.449.533.092,17</u>
SALDOS DO MES ANTERIOR	
Caixa	0,00
Bancos	1.257.960.461,06
Vinculado em contas cor.bancárias ..	0,00
Títulos a receber	0,00
Devedores diversos	0,00
Diversos responsáveis	0,00
	<u>1.257.960.461,06</u>

TOTAL3.817.493.553,23

ABRIG MIGUEL
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

DESPESA	
ORÇAMENTARIA	
Legislativa	1.065.797.289,83
Judiciária	0,00
Administração e planejamento	0,00
Agricultura	0,00
Comunicações	0,00
Defesa nacional e seg. pública	0,00
Desenvolvimento regional	0,00
Educação e cultura	0,00
Energia e recursos minerais	0,00
Habituação e urbanismo	0,00
Indústria, comércio e serviços	0,00
Relações exteriores	0,00
Saúde e saneamento	0,00
Trabalho	0,00
Assistência e previdência	0,00
Transporte	0,00
	<u>1.065.797.289,83</u>
EXTRAORÇAMENTARIA	
Restos a pagar	
Pagamentos	0,00
Cancelamentos	0,00
	<u>0,00</u>
Débitos de tesouraria	0,00
Depósitos de diversas origens	70.261.031,38
Fundos especiais	0,00
Contas a regularizar	0,00
Contas do realizável	0,00
Acordos e convênios	0,00
Débitos de despesas a pagar	
Fornecedores	205.519.207,60
Despesas com Pessoal	889.610.688,08
Outras despesas a pagar	0,00
	<u>1.095.129.895,68</u>
	<u>1.165.390.927,06</u>
SALDOS PARA O MES SEGUINTE	
CAIXA	
Bancos	0,00
Vinculado em C/Correntes Bancárias ..	1.586.305.336,34
Títulos a receber	0,00
Devedores diversos	0,00
Diversos responsáveis	0,00
	<u>1.586.305.336,34</u>

TOTAL3.817.493.553,23

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. Contabilidade